

IDENTIDADE SOCIAL E PRÁTICA DOCENTE: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Marcelle Marques Siqueira¹
Mônica de Jesus Alves²
Hebert Rogério do Nascimento Coutinho³

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a construção da identidade social e a prática docente. Dessa forma, a problemática aqui elencada partiu da tentativa de entendimento da relação estabelecida entre o processo de construção da identidade social e a prática docente e sua influência nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, foi estabelecido como objetivo analisar qual a influência da construção da identidade social nas práticas docentes. Na intenção de contemplar o objetivo proposto o aparato metodológico é de natureza qualitativa, pautado em uma pesquisa do tipo bibliográfica. Em relação ao corpo teórico, as temáticas que compuseram as reflexões aqui empreendidas perpassam análises sobre a influência da Psicologia Social e a concepção de homem (LANE, 2012), a categorização social e as relações grupais e intergrupais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006), identidade social (GALINKIN; ZAULI, 2011) e processos de socialização na escola (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Em suma, ficou perceptível que uma reflexão crítica sobre o processo de construção da identidade social e a prática docente possibilita experiências pedagógicas de ensino e aprendizagem, as quais permitem desenvolver sujeitos ativos e autônomos da sua própria aprendizagem, partindo

¹ Acadêmica do Curso de pedagogia da Universidade Federal do Piauí. E-mail:marcelle.arques@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. E-mail:monicajesus262@gmail.com

³ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGE/UFPI, Professor da UNINASSAU, Campus Teresina/Redenção. E-mail: hrn.coutinho@gmail.com

da noção de que esse processo é uma construção coletiva que a subjetividade do aluno.

Palavras-chave: Identidade Social. Prática Docente. Psicologia Social. Educação.

SOCIAL IDENTITY AND TEACHING PRACTICE: PERSPECTIVES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

The present work has as object of study the construction of the social identity and the teaching practice. Thus, the problem listed here started from the attempt to understand the relationship established between the process of building social identity and teaching practice and its influence on teaching and learning processes. Thus, it was established as an objective to analyze the influence of the construction of social identity in teaching practices. In order to contemplate the proposed objective, the methodological apparatus is of a qualitative nature, based on a bibliographical research. Regarding the theoretical body, the themes that made up the reflections undertaken here permeate analyzes on the influence of Social Psychology and the concept of man (LANE, 2012), social categorization and group and intergroup relationships (ÁLVARO; GARRIDO, 2006), social identity (GALINKIN; ZAULI, 2011) and socialization processes at school (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). In short, it was noticeable that a critical reflection on the process of building social identity and teaching practice enables pedagogical experiences of teaching and learning, which allow the development of active and autonomous subjects of their own learning, starting from the notion that this process is a collective construction that the student's subjectivity.

Keywords: Social Identity, Teaching Practice, Social Psychology and Education.

1 INTRODUÇÃO

O processo de socialização no ambiente escolar tem suscitado nos pesquisadores da área educacional discussões explicativas e normativas, as quais necessitam de construções teóricas e metodológicas, onde concepções como a identidade social, a finalidade da escola, a relação entre criança escola e sociedade e o processo de socialização não são trazidos para as reflexões com a profundidade necessária, tendo em vista a relevância de tais concepções.

Além disso, um desconhecimento sobre os fatores sociais que permeiam a construção da identidade social e sua influência nas experiências pedagógicas de ensino e aprendizagem pode trazer prejuízos educacionais para a criança na sua vivência no ambiente escolar.

Dessa maneira, levando em consideração que o entendimento do processo de construção da identidade social pode contribuir para o desenvolvimento de práticas docentes que proporcionem a construção de indivíduos autônomos e ativos, capazes de mobilizar a sociedade para uma construção coletiva, mas sem esquecer a relevância da subjetividade nesse processo construtivo, a discussão que seguirá tem como objetivo analisar qual a influência da construção da identidade social nas práticas docentes, ou seja, entender como o professor pode tirar proveito do conhecimento sobre a constituição da identidade social para desenvolver práticas docentes que proporcionem as crianças a concepção de sujeitos autônomos e proativos.

2 A PSICOLOGIA SOCIAL E A CONCEPÇÃO DE HOMEM

Durante a década de 1950 a relação entre Psicologia e Psicologia Social deve ser entendida em seu viés histórico sob duas perspectivas: a primeira está ligada a tentativa dos Estados Unidos, no período pós-guerra, de criar um

sentimento de harmonização em grupo para incentivar a produtividade. Tal tentativa se apoiou na tradição pragmáticas. Já a segunda perspectiva seguiu a tradição filosófica advinda da Europa baseada nas ideias fenomenológicas, partindo de análises científicas totalizantes.

Durante a década de 1960 essa perspectiva analítica criada pela Psicologia Social recebe críticas do ponto de vista epistemológico por não atender as demandas práticas sociais. Essas análises fazem parte de uma reflexão mais ampla que envolveu críticas tecidas ao paradigma positivista.

Na América Latina, segundo Lane (2012), oscilou entre o pragmatismo norte americano e a visão abstrata de “homem” construída pela filosofia e pela sociologia.

A crise causa pelas críticas que a Psicologia Social recebeu só foi superada quando a ideia de um homem condicionado por fatores biológicos, considerado como um organismo que interage com o meio físico, onde os fatores psicológicos são resultantes dessa interação foi questionada. Pois, o homem possui uma dimensão biológica, porém, conforme explana Lane (2012, p. 12)

[...] o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história. Este homem biológico não sobrevive por si e nem é uma espécie que se reproduz tal, com variações decorrentes de clima, alimentação, etc. O seu organismo é uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica.

Dessa forma, torna-se pertinente analisarmos em quais condições sociais ocorre a aprendizagem e qual o significado que acompanha o conjunto das relações sociais que estabelecem, de maneira concreta, o indivíduo na sociedade em que ele vive. Para tanto, é necessário percebermos que o ser humano possui uma dimensão social e histórica que não pode ser retirada, pois, caso essa subtração aconteça, corremos o risco de desenvolvermos análises distorcidas do seu comportamento.

3 IDENTIDADE SOCIAL E ALTERIDADE

Ao analisarmos o termo “identidade” é possível perceber que este está ligado a uma ideia de igual, idêntico, de tornar-se algo, semelhante. Dessa forma, como aponta Ferdman (2003) as pessoas, de maneira individual, têm variadas fontes para estruturar sua identidade, quais sejam: saúde, educação, espiritualidade/religião, condições geográficas e políticas, idiomas, experiências de vida, nacionalidade, família, gênero, identidade profissional, classe social, dentre outras.

Nessa compreensão, a autoidentificação perpassa um reconhecer-se e diferenciar-se diante de várias possibilidades que o indivíduo possui na concepção de si mesmo, para que isso se efetive é necessário comparar-se (GALINKIN; ZAULI, 2011). Corroborando com essa afirmação, Ricoeur (1991) afirma que semelhanças e diferenças fazem parte dessa composição identitária, onde a compreensão de identidade nos direciona para termos de igualdade e alteridade, de se reconhecer e ser reconhecido pelo outro.

Galinkin e Zauli (2011, p. 255) reafirma o conceito de identidade na perspectiva acima descrita como

[...] pois, necessariamente relacional e constitui-se nas interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais. Além disso, só faz sentido em contextos relacionais específicos. Nas relações sociais, opera como um código de categorias que “comunica” as formas possíveis de interação, os lugares sociais dos sujeitos nessas relações, os valores atribuídos às pessoas aos grupos em contato.

Além disso, a alteridade dever ser entendida como o sentido do outro e refere-se à condição do que é distinto (HOUAISS, 2001). Dessa forma, tanto a identidade quanto a alteridade pode ser entendida como um atributo que lhe é conferido, isto é, como uma construção social.

4 CATEGORIZAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE SOCIAL

No decorrer da década de 1950 e 1960 a psicologia social europeia tentou quebrar a hegemonia das correntes norte-americanas, tendo como pioneiro Henri-Tajfel que desenvolveu pesquisas na Universidade de Bristol, onde, na década de 1970 Tajfel conseguiu disseminar linhas de pesquisas mais representativas sobre psicologia social.

Segundo Álvaro e Garrido (2006) Tajfel desenvolveu pesquisas, inicialmente, sobre o fenômeno da superestimação perceptiva. Na década de 1940 Jerome Bruner e seus colaboradores já haviam desenvolvido trabalhos sobre percepção no contexto do *New Look*.

Assim, partindo dos trabalhos de Jerome Bruner e Goodman desenvolvidos no ano de 1974 sobre a superestimação perceptiva que consistia no aumento da relevância dos objetivos que possuíam significação para a pessoa, os trabalhos iniciais de Tajfel se inseriram nessa linha de pesquisa sobre percepção, os quais levaram o autor à novas interpretações sobre o fenômeno da superestimação perceptiva, no tocante a atenuação das diferenças entre os estímulos.

Como consequência do desenvolvimento dessa pesquisa, Tajfel concluiu que a maneira como o mundo exterior é percebido resultada interação entre a informação que chega aos sentidos e como tal informação é organizada internamente de forma ativa pela pessoa. Essa organização interna tem como princípio a intensificação das desigualdades que há entre os objetos pertencentes as diversas classes e a minimização das diferenças entre os objetos da mesma classe (ALVARO; GARRIDO, 2006).

Nesse entendimento, Tajfel nos incentiva a observar esse princípio de organização interna quando alternamos o âmbito da percepção dos objetos para a percepção das pessoas, pois, com essa mudança de perspectiva a classe de

objetos passa a ser grupos sociais os quais resultam da implementação de parâmetros classificatórios repletos de valor.

Ademais, um dos objetivos dos trabalhos de Tajfel foi “comprovar se os princípios cognitivos que levavam a destacar as diferenças entre os objetos podiam ser utilizados também como fator explicativo dos estereótipos” (ALVARO; GARRIDO, 2006, p. 272).

Ademais, de maneira geral, estereótipo pode ser definido como uma crença compartilhada que um grupo social compartilha sobre determinados traços. Assim, Tajfel se aprofunda no processo de categorização.

Segundo Álvaro e Garrido (2012, p. 273)

A categorização é o processo mediante o qual a informação que recebemos de fora é organizada e ordenada. Este processo permite que a realidade não seja percebida como uma amalgama de objetos individuais e isolados, mas como um conjunto ordenado de classes de objetos ou categorias. A categorização tem a função de poupar esforços do sistema cognitivo ao processar a informação que nos proporciona os estímulos externos e facilita a orientação da pessoa no mundo.

Dessa forma, quando percebemos algum objeto este não é percebido como sendo único, mas como sendo membro representativo de uma categoria. Assim, o integramos a todos os outros objetos pertencentes a sua classe, da mesma forma, o diferenciamos dos outros objetos que pertencem a outras classes.

Destarte, a construção do conteúdo das categorias sociais, isto é, do conjunto de traços que são considerados como peculiares dos diversos grupos sociais, é resultante de um processo histórico. Conforme Álvaro e Garrido (2006) nesse processo histórico de construção da percepção das pessoas sobre outros indivíduos os estereótipos assume funções das mais diversas, passando pela

função cognitiva, função de preservação do sistema de valores, função ideológica e função de diferenciação com relação a outros grupos.

Nessa conjuntura, Tajfel atribui o papel da categorização social não simplesmente, à uma sistematização e ordenação do contexto social e ao direcionamento da ação, mas também, a perceber que, diferentemente do processo de categorização dos objetos no mundo concreto, no caso da categorização social, a pessoa assume o papel de sujeito e de objeto (ALVARO; GARRIDO, 2006).

Portanto, conforme a pessoa se percebe como integrante de um grupo social específico, a categorização social torna-se um dos processos basilares por intermédio do qual se constitui a identidade social.

5 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA ESCOLA: A CONDIÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

Partindo das reflexões empreendidas acima sobre a concepção de homem, o processo de categorização social e sua implicância na formulação da identidade social, percebemos a relevância desse entendimento para analisarmos como a condição social da criança influencia no seu processo de socialização no ambiente escolar e como o professor deve ser aproveitar desse conhecimento para desenvolver práticas docentes que proporcionem experiências pedagógicas de ensino e aprendizagem para tornar essas crianças sujeitos ativos e autônomos na sociedade.

Inicialmente, a ideia atual de infância deve ser entendida como resultante de um processo de construção de tem início no século XVII e se consolida com a instauração da sociedade industrial.

Segundo Airès (1981) a partir do século XVII a educação da criança sai do reduto dos adultos, isto é, do ambiente familiar, passando a ser de responsabilidade da escola. Dessa forma, o sentimento moderno de família está

intrinsecamente ligado a educação infantil, pois a criança passou a ser vista como um indivíduo não preparado para a vida, passando a ser educada por influência dos reformadores moralistas.

Ao considerarmos fatos históricos na concepção da ideia de infância fica perceptível que

As considerações destes fatos históricos nos permitem compreender como a ideia moderna de infância foi determinada socialmente pela organização social capitalista, definida pelos interesses de uma classe ascendente: a burguesia. Contudo, a ideia de infância que se desenvolveu e chegou até os nossos tempos não exprime seu fundamento histórico. Ao contrário, suprime-o ao se apresentar como se fosse um conceito eterno, universal e natural. Em consequência, é dissimulada a dimensão social da relação da criança com o adulto e a sociedade (MIRANDA, 2012).

Assim, a criança passa de uma condição de convívio com os adultos em todos os momentos, como processos de produção, festas, jogos, tornando-se um indivíduo com condições sociais rejeitadas, marginalizadas, política e economicamente (CHARLOT, 1979).

Dessa forma, a criança passa a ser vista, não na sua natureza infantil, mas numa condição determinada socialmente que vão desde fatores biológicos até fatores socioculturais, onde essa dependência da criança passa a ser vista como um fato social.

No que se refere a educação, é possível apresentar duas ideias de criança na pedagogia tradicional e na pedagogia nova. Segundo Charlot (1979) as duas perspectivas preservam a ideia de natureza infantil, porém, apesar de todas elas abordarem a criança partindo do ponto de vista de sua “educabilidade e corruptibilidade”, a ideia de corruptibilidade é tratada de maneira diferente.

Nessa compreensão, é pertinente estabelecermos uma percepção de que a socialização não é integração, pois a criança já é sempre socializada.

Na atualidade, a escola propõe, de maneira contínua, a integração social da criança como um de seus principais fins. Essa finalidade desempenha um papel de distorção da realidade social da criança, pois, mesmo marginalizada na estrutura social moderna, a criança não deixa de participar dos processos de socialização, como afirma Miranda (2012, p. 130) ao colocar que desde sempre a criança passa por um processo de socialização por meio do qual “a sua origem social de classe determina sua condição de ser social. A formação de sua personalidade social não passa primeiro por um estágio individual para depois se socializar”.

Assim, percebendo que a ideia de socialização considerada como integração não faz sentido para a real condição social da criança, devemos perceber que a ideia de socialização é evolutiva conforme propõe Charlot (1979) onde a socialização deve ser abordada como um processo evolutivo da condição social da criança, dessa forma, o foco se volta para a maneira como a sociedade socializa a criança.

Portanto, nesse entendimento, a escola passa a ser percebida como detentora de mediações possíveis na efetivação de conflitos entre classes sociais, pois, tendo em vista que a escola reproduz modelos de dominação social, como, por exemplo, a dissimulação da ideia de infância e os processos de socialização que fazem parte desses indivíduos, o espaço escolar deve ser tratado como um local a proporcionar a criança a percepção de que sua condição social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos nosso objetivo inicialmente proposto articulado com as reflexões aqui empreendidas podemos realizar algumas afirmações. A primeira delas vincula-se à ideia de homem criada pelos paradigmas científicos. As ideias criadas pelo positivismo trouxeram alguns prejuízos analíticos que

comprometeram o entendimento da dimensão comportamental do homem tendo em vista a sua esfera social e histórica.

Outra afirmação possível reside no fato de que a concepção criada de identidade, não deve deixar de fora a identidade de pessoa é composta por uma dimensão de autorreconhecimento e reconhecimento do outro, ou seja, de perceber que é na semelhança e na diferença que há a construção da identidade social, pois, para se reconhecer como pertencente a um grupo social específico é necessário que se reconheça a existência de outras formas de se relacionar socialmente.

Diante dessa constatação foi evidente que o processo de categorização social é fator pertinente para o entendimento do processo de construção social, tendo em vista que ao perceber a diferenciação de sujeitos como pertencentes a respectivos grupos sociais por meio de características que lhes são atribuídas, o indivíduo estabelece estereótipos que servirão como base para se posicionar diante dos grupos sociais. Esse processo compõe a formação de sua identidade social, pois, é no reconhecimento do outro que este indivíduo se reconhece e se insere em um determinado grupo social.

Por fim, ao percebermos que as condições presentes nos processos de socialização perpassam a noção de construção identitária social, o conceito de estereótipo e a categorização social, a noção de infância que é difundida na sociedade capitalista desde o processo de industrialização atende a uma necessidade de classe para a manutenção de um sistema social que, de certa maneira não atende a real situação existencial social das crianças, pois estas são vistas como deslocadas do processo de socialização, sendo passíveis de uma inserção em um contexto social, fato este que é não aceito dentro do entendimento aqui desenvolvido.

Portanto, o papel do docente dentro dessa conjuntura deve contemplar a ideia de que o processo de construção da identidade social está ligado, diretamente, a conscientização de que o indivíduo deve reconhecer como

atuante nos processos sociais desde o seu nascimento, passando pelo seu convívio em família, atuante nos grupos e subgrupos sociais, modificando estes e sendo modificado de maneira dialética. Assim, o docente deve desenvolver ações e mobilizá-las de tal forma que proporcionem as crianças a serem detentoras dessa consciência para que estas possam crescer para serem indivíduos autônomos e ativos socialmente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social** – perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GALINKIN, A. L.; ZAULI, A. Identidade e alteridade. In: TORRES, C.V.; NEIVA, E. R. (Org.). **Psicologia social**: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HOUAISS. A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetivo, 2011.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 2012.

MIRANDA, M. G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 2012.

RICOUER. P. **O si mesmo como o outro**. Campinas: Papirus Editora, 1991.